

Imperialismo e o local: os casos de Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães

Aruã Silva de Lima*

Resumo

O cenário mundial instável, tanto em função da corrida armamentista como do alastramento da ordem capitalista, do período entreguerras impactou o Brasil de diversas formas. Uma das maneiras de olhar para esse fenômeno é entender o comportamento das elites face a eventos que impuseram desordem econômica e instabilizaram os mecanismos internacionais e nacionais de tomadas de decisão. Observar, portanto, um país periférico e, em específico, seus condutores de política externa e as pressões que estes sofriam das mais variadas facções políticas, significa, dentre outras coisas, compreender as formas de atuação daquilo que convencionou-se chamar de imperialismo “informal” para designar, dentre outras, uma ação imperialista que não possui um caráter de intervenção formal por parte de Estados-nações em relação a outros. A presente proposta de comunicação tem, portanto, como objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa sobre a influência de Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães nas relações do Brasil com o mundo e, em especial, com os Estados Unidos. Desse modo, o principal aspecto da iniciativa aqui proposta é compreender os mecanismos mais cotidianos da infiltração imperialista na grande política.

Abstract

The world instability during the period known as “between the wars” impacted Brazil as a global consequence of armaments race and the spreading of capitalism. One of the many manners to comprehend this phenomenon is to understand elite behavior regarding events that imposed economical disorder and turned instable the international and national mechanisms of decision-making. To observe, therefore, a peripheral country and, in specific, its external policies makers and the pressures they suffered from a wide range of political factions, means, among other aspects, comprise the performance of what has been named after “informal” imperialism to designate an imperialist action that does not take place as a formal interference by Nation-States towards others. This proposal’s primary objective is to present partial results of a research about Otávio Mangabeira and Juracy Magalhães’ influence on Brazil’s relationship with the world and, specifically, with the United States. Thus, the main aspect of this proposal is to investigate the most common and quotidian forms of imperialist infiltration in the grand politics.

Há, sem sombra de dúvida, uma extensa e qualificada produção multidisciplinar sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. A tentativa de pensar as relações políticas e culturais entre as duas sociedades perpassou vários tipos de abordagem: desde os enfoques

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista CAPES. Pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU-UEFS).

culturais às ingerências políticas relacionadas ao imperialismo. Mesmo assim, ainda existem inúmeros aspectos obscuros sobre a penetração estadunidense no Brasil. Há, entretanto, certo consenso sobre centralidade das décadas de 30 e 40 do século passado para esse processo. Este é o período analisado no presente trabalho. Parte-se do pressuposto de que a atuação de dois sujeitos, Juracy Magalhães e Otávio Mangabeira, por diferentes projetos de dominação que convergiram no decorrer do período referido, foi extremamente relevante no forjamento da estreita vinculação que específicos grupos políticos brasileiros mantiveram com importantes círculos estadunidenses.

Parte das discussões teóricas sobre imperialismo durante o século XX tem se pautado sobre uma dicotomia não necessariamente frutífera, a saber, uma classificação a qual tipifica diferentes tipos de imperialismo: um formal e outro informal. Há, na difusa tradição marxista¹, um debate que procura dar conta dos diferentes tipos de imperialismo construídos historicamente.² O imperialismo britânico, enquanto hegemônico, no século XIX diferiu de todos os outros pelo seu caráter informal que, embora explicitasse o domínio, não o fazia necessariamente por meio da força bruta. Tratava-se, no caso inglês de, “comercializar e não dominar”, ou melhor, “comercializar com um controle informal se possível; comercializar com intervenção direta quando necessário”. (GALLAGHER et ROBINSON apud FOSTER, 2003). A dualidade entre imperialismo formal e informal surgiu entre marxistas mas também entre historiadores econômicos não-marxistas como Ronald Robinson e John Gallagher que, em 1953, publicaram um texto cujo título *The Imperialism of Free Trade* não deixa dúvida quanto ao tipo de abordagem que pretendiam. Antes de mais, pretendiam demonstrar que na própria idéia de livre comércio havia um aspecto central do imperialismo contemporâneo que o diferia das formas arquetípicas do imperialismo do século XX. Supunham também que uma noção restrita das diferentes possibilidades de domínio imperialista transcendia, quase sempre, o aspecto mais evidente de invasões, apropriação do uso legítimo da violência – ou seja, a apropriação do aparato estatal de outra nação – e o subjugo político-econômico de determinada circunscrição territorial. Portanto, uma certa historiografia esforçou-se por demonstrar os modos de alastramento do imperialismo por meio da própria sociedade submetida. De todo modo, ainda houve outras formulações interpretativas sobre o imperialismo, especialmente de grupos ligados à

¹ Não há nenhuma caracterização depreciativa na adjetivação. Pretende-se apenas enfatizar o caráter plural de uma produção que, mesmo identificada como marxista, possui flagrante heterogeneidade.

² Exemplos dessa abordagem: MAGDOFF (2004) e KIERNAN (2005).

chamada produção pós-colonial que identifica na cultura os traços mais marcantes do legado colonialista haja vista as inversões, justaposições impostas pelo trato colonialista ainda que enfrentassem perseverante resistência posto que, onde há coerção existe o ímpeto de não sucumbir.³

Diante desse cenário o presente trabalho se coloca numa visão específica sobre o fazer-se social das políticas externas. Os dois sujeitos que se pretende analisar submeteram-se às vicissitudes do conturbado cenário político das décadas de 30 e 40 do século XX mas, sobretudo, às dificuldades de previsão que a geopolítica internacional impunha aos formuladores de política no tempo referido. Por outro lado, nem Juracy Magalhães nem Otávio Mangabeira estavam na proa dos afazeres relacionados à política externa em meados de 30. É preciso ressaltar, porém, que o último havia sido Ministro das Relações Exteriores do derradeiro governo da República Velha de modo que um de seus principais esforços foi o de solidificar a tendência de transformação do Brasil: da esfera de influência européia, mais notadamente britânica, o país migrou, à época de modo indefinido, para a órbita estadunidense. (GARCIA, 2006) Mangabeira, após a Revolução de 1930, foi exilado e emigrou inicialmente para a França e depois para os Estados Unidos. Ambos os destinos foram escolhidos para o seu segundo exílio, durante o Estado Novo. Nesse último período, sua vinculação com círculos da imprensa americana, como, por exemplo, o editor do importante periódico *Reader's Digest*, se estreitou de modo que ele, juntamente com Afrânio Peixoto, organizou a versão brasileira da revista que se passou a chamar *Seleções*. Ademais, a inteligência do Estado Novo suspeitou, em dado momento, que haveria ligações entre Mangabeira e membros da “extrema esquerda” estadunidense.⁴ Algo ainda não expresso na documentação mas passível de especulação tenha sido a aproximação de Mangabeira com a jornalista liberal Freda Kirchwey, editora do *The Nation* na década de 30 e 40.

Por outro lado, Juracy Magalhães estabeleceria vínculos com grupos militares estadunidenses quando rompeu com o Vargas em 1937. (MAGALHÃES, 1982: 113) No entanto, mesmo antes disso, o grupo tenentista liderado por Juarez Távora já havia feito uma virada na sua trajetória e imposta severa oposição ao presidente, mesmo que ainda parte do governo, por meio de conspirações e pressões para realização das eleições em 1938. Internacionalmente, esse grupo, também estreitamente vinculado ao ministro Oswaldo Aranha, um dos maiores articuladores da

³ Um exemplo clássico é FANON.

⁴ GV c 1942.09.04. FGV-CPDOC.

aliança entre Brasil e Estados Unidos, já havia montado trincheiras contra o Nazi-Fascismo em meados da década de 30, especialmente por ter sido, junto à Aliança Nacional Libertadora, a vanguarda do combate à Ação Integralista Brasileira, ao menos na Bahia. Magalhães seria informante do FBI em 1944. (COLBY, 1998, 215)

Imperialismo e as redes locais de poder

Enquanto resultado de apenas uma parte de uma pesquisa mais abrangente, o presente trabalho sugere que há impactos específicos em sociedades “longínquas” em relação aos grandes centros mas, ainda assim, submetidas a certas formas de imperialismo. No caso em questão se estuda um conflito político regional e restringido a um idioma simbólico e relações de classe historicamente circunstanciados que é, prioritariamente, a região de Salvador e, em segundo plano, áreas interioranas da Bahia nas décadas de 1930 e 1940.

O então governador Juracy Magalhães, apoiado por Vargas desde 1931, rompeu com o presidente em 1937. Mangabeira, por sua vez, sempre impôs ferrenha oposição a ambos, tanto a Vargas como a Juracy Magalhães. Contudo, tem sido detectado no exame de correspondências e notícias de jornais que a partir de 1935 e, de modo mais evidente em 1936, articulações haviam sido iniciadas de modo a estabelecer uma união de forças entre os grupos políticos regionais: “juracisistas” e “mangabeiristas”. O primeiro sempre submetido às deliberações do grupo “liberal” do Exército unido em torno de Távora. Ainda assim, o grupo “mangabeirista” resistia profundamente a qualquer tipo de aproximação com o “juracisismo” de modo que as aparências se mantiveram até fundação da União Democrática Nacional em 1945 quando ambos engrossaram as fileiras da UDN. Ainda que o exame das correspondências mostre aproximações paulatinas que não necessariamente extrapolavam os limites impostos pelas próprias direções, ou melhor, as informações truncadas não chegavam aos prefeitos, vereadores, cabos e proprietários de terra apenas indiretamente envolvidos em conluios.

Uma das razões para o forjamento dessa aliança que encontrou dura resistência na tradição política construída na Bahia foi o efeito causado pelo avanço Nazi-Fascista e pela crise liberal-democrática vigente no mundo da década de 1930. Assim, um re-agrupamento das forças liberais fazia-se necessário não só para restabelecer paradigmas dentro da própria tradição liberal como para eleger um novo padrão: a democracia dos Estados Unidos. Tanto Mangabeira quanto

Magalhães se referiam ao padrão estadunidense de modo elogioso de maneira a contrapor-se ao discurso integralista de Plínio Salgado que propunha um estado “integral” e ao comunismo que embora não fizesse menção a um estado totalitário, buscava a transformação por qualquer meio possível no sentido da supressão dos aparatos de opressão da classe trabalhadora. Ambos, portanto, necessitavam de resposta dos grupos liberal-democráticos. Assim sendo, Magalhães e Mangabeira, face uma Europa combalida, “encontraram” suporte no gigante norte-americano bem como foram, por este, “descobertos”. Supõe-se um suporte simbólico mas, fundamentalmente, material. Antes de abordar essa questão, porém, é necessário compreender que os fenômenos globais aos quais fez-se referência tiveram forte influência sobre o desfecho de um processo tipicamente regional porque circunscrito em questões culturais e políticas explicáveis a partir do exame da sociedade baiana.

A defecção de um importante setor do Exército, a saber o grupo hegemônico do Norte-Nordeste do país, do núcleo getulista significou um duro golpe aos remanescentes da “Revolução de 30”. Embora ainda não possa ser identificado como um exercício direto da diplomacia e inteligência estadunidense a cooptação do grupo de Juarez Távora para uma defesa intransigente da ordem do capital estadunidense, é possível estabelecer nexos entre os dois processos, qual sejam, o de migração de um projeto estatista, embora a política econômica do primeiro governo Vargas não confirme esse intuito, para um outro de liberalização econômica que corroborava com um projeto industrializador com capital internacional – e dependente. Não é à toa que em 1947 Juarez Távora defenderia a abertura do país à indústria petrolífera. É evidente que num intervalo de 10 anos, política e intelectualmente, sujeitos se modificam e reconstróem trajetórias e, por isso, não se intenta nenhum tipo de abordagem teleológica ao justificar uma posição de 1947 com episódios de 1937. A única proposta interpretativa evidenciada no presente texto é a de que as bases programáticas que coadunavam um projeto de desenvolvimento referenciado nos paradigmas liberais estadunidenses que, por sua vez, se colocavam como contraponto aos mecanismos do *socialismo real* na já iniciada Guerra Fria, se construía entre 1935 e 1937. Portanto, não pode ser negligenciado o papel influenciador da política externa americana especialmente dada as vinculações que militares e civis estadunidenses estabeleceram com os sujeitos que fundaram a UDN e construía um projeto de desenvolvimento calcado enquanto antípoda do trabalhismo.

Identidade de classe transnacional (ou identidade transnacional de classe) por um imperialismo cordial

A vinculação entre esses grupos políticos – mangabeiristas e juracisista – representou a fusão de interesses de classe que se identificaram no decorrer do processo de reconhecimento da nova ordem mundial: operários do mundo inteiro, cada vez mais, se deixavam crer num mundo onde a ordem do capital não regesse seus modos de vida e, por isso, talvez, criam na União Soviética como um horizonte. Mesmo os incontáveis trabalhadores que não partilhavam dessa visão, vislumbravam algum tipo de ruptura com o esquema vigente. No Brasil não foi diferente e a crescente capilaridade do Partido Comunista do Brasil no decorrer da década de 30 impulsionou uma frenética campanha anticomunista que perseguiu não só comunistas como também militantes sindicais, simpatizantes da esquerda e opositores ao regime Vargas de todas as constelações políticas. Não obstante, esses opositores também atacavam os comunistas e se utilizavam da mesma agenda para o combate do regime getulista. Aos olhos da burguesia baiana e brasileira instaurava-se uma redefinição da classe trabalhadora brasileira que cada vez se polarizava politicamente de modo que o Estado e seu aparato repressor não poderiam dar conta. É evidente que o receio da burguesia era exagerado posto que o governo de exceção é menos trabalhoso e mais prático que o trato cotidiano limitado pela institucionalidade. Desse modo o exercício da dominação se dava por intermédio do Estado em prol da propriedade privada e da defesa intransigente de uma sociedade de mercado *hobbesiana*. (MACPHERSON, 1979: 15) Por isso, talvez, esse grupo constituiu-se como mais ferrenho opositor ao trabalhismo no período da redemocratização.

O regime Varguista e o trabalhismo não propuseram acabar com esse *modus vivendi*. No entanto, regulou formas mais avançadas de representação de classe e, sob pressão, cedeu de modo a abrir brechas de resistência cada vez menos silenciosas.

As pressões internacionais e as constantes interações entre Estados no período que antecedeu a Segunda Grande Guerra são sintomáticos de uma tentativa de construção de consenso entre os grupos dirigentes. Como o estado não subsiste acima ou abaixo das construções sociais sendo, ao contrário, parte delas, o conflito delineado acima – grupos dirigentes em busca de um consenso e o campo subalterno refazendo as ferramentas de resistência – influenciou diretamente na disputa em torno da política externa brasileira.

O primeiro aspecto a ser pontuado é que Oswaldo Aranha foi um dos grandes mentores, dentro do governo Vargas, de uma ligação mais estreita com os Estados Unidos. Ele conseguiu arrastar Juarez Távora em uma teia complexa de trocas de experiências militares entre estadunidenses e brasileiros, convites para que Távora fosse adido militar nos Estados Unidos e, antes de tudo, o passado de companheirismo durante a “Revolução de 1930”. Por outro lado, as redes de influência coordenadas por Távora tinham grande capilaridade social e corporativa. Juracy Magalhães, subordinado de Távora, havia ganhado o voto de confiança da Associação Comercial da Bahia (mais importante e histórico grupo de pressão do estado), dos produtores de cacau do sul e dos proprietários de terra dos sertões. Todo esse apoio foi conquistado a partir de concessões específicas aos diferentes grupos envolvidos nas negociações tarifárias com o estado e relacionadas, principalmente, aos regulamentos de posse e propriedade de terra na legislação “revolucionária” em construção.

O caso de Otávio Mangabeira é mais complexo porque não há uma precisão sobre a origem de certo americanismo em sua trajetória. No entanto, ele demonstrava uma filiação ao liberalismo estadunidense de modo mais contundente que Juracy Magalhães e se transformou, do ponto de vista do imaginário político, um baluarte democrático comparável somente a Ruy Barbosa. No entanto, ao contrário deste, Mangabeira, desde que se tornou um sujeito nacional, sempre tomou como paradigma o ideário estadunidense de democracia.

O exame das correspondências de Aranha com Távora e a ausência de documentação referente à comunicação entre este último e Magalhães pode ser um indício de que havia algum tipo de articulação, principalmente nos críticos anos do início do Estado Novo até a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha em 1942. Esta suposição encontra validade principalmente se for levado em consideração o fato de que Mangabeira e Magalhães se encontraram em Nova Iorque nesse período onde estabeleceram, possivelmente, as primeiras condições para uma possível aliança em torno de um projeto uníssono.

Pretendeu-se mostrar que, de algum modo, sujeitos políticos agem a partir de um consenso silencioso o qual sugere uma falsa homogeneidade, isolada de conflitos não obstante os diversos vetores de força que atuam sobre as posições políticas ocupadas por cada um desses sujeitos. Por isso, intentou-se identificar, de modo preliminar, os sujeitos locais de uma interferência externa sem, no entanto, entendê-los como parte passiva num processo unicamente

coercitiva. Aspirou-se expor um pouco do papel do *consentimento* numa relação de poder claramente compreendida por todos os sujeitos em questão.

Bibliografia

ARINOS, Affonso. **Um praticante da democracia: Otávio Mangabeira**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1980.

BENEVIDES, Mario Vitória. **A UDN e os udenistas: ambigüidades do liberalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

COLBY, Gerard. **Seja feita a vossa vontade – a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FANON, Franz. **Pele negra, máscara brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FOSTER, John Bellamy. **Imperial America and War**. *Monthly Review*, vol. 55, nº 1, maio/2003.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década 1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, FUNAG (Fundação Alexandre Gusmão), 2006.

LINS, Wilson. **Otávio Mangabeira e sua circunstância**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

_____. **Minha vida pública na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. **O último tenente**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____ e ADREU, Alzira Alves de (coordenadora). **Minhas memórias provisórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MANGABEIRA, Otávio. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Série Perfis Parlamentares 10, 1978.

McCANN Jr., Frank D. **The Brazilian-American Alliance (1937-1945)**. Princeton University Press, 1973.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e representação: o Legislativo da Bahia na segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SEITENFUS, Ricardo A. S. **O Brasil vai à guerra**. São Paulo: Manole, 2003, 3ª ed.